

Terça-Feira, 21 de Abril de 2026

## **Operação Gravatas: Advogados e Policial Militar Alvos de Investigação por Crimes em Tapurah**

**COMBATE AO CRIME**

REDAÇÃO DO RUFA

Nesta terça-feira (12), a Delegacia da Polícia Civil de Tapurah desencadeou a Operação Gravatas, com o objetivo de cumprir 16 ordens de prisão preventiva e busca e apreensão. Os alvos incluem quatro advogados, um policial militar e três líderes de uma facção criminosa que estão detidos no sistema prisional. A ação conta com o apoio da Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e de regionais da Polícia Civil de Nova Mutum e Sinop. As diligências estão sendo realizadas nas cidades de Sinop e Cuiabá.

A investigação conduzida pela Delegacia de Tapurah revelou a existência de uma organização criminosa na qual os advogados e o policial militar estavam envolvidos. Os relatórios policiais, que totalizam mais de mil páginas, detalham as condutas dos investigados, evidenciando que cada advogado tinha uma função específica em prol da organização criminosa.

Segundo as investigações, os líderes da facção criminosa mantinham uma associação estruturalmente ordenada com os advogados, que atuavam como o braço jurídico do grupo. Houve uma clara divisão de tarefas, visando obter vantagens financeiras e jurídicas, mediante a prática de crimes como tráfico de drogas, associação ao tráfico, tortura e lavagem de dinheiro.

O delegado responsável pela investigação, Guilherme Pompeo, ressaltou que os advogados agiram à margem da lei, desrespeitando os princípios éticos que regem a profissão. Ele destacou que a atuação dos advogados não se trata do exercício legítimo do direito de defesa, mas sim de uma associação voluntária com a organização criminosa.

Para além das atividades legais, os advogados foram identificados realizando diversas tarefas ilícitas, como embarçar investigações policiais, repassar informações sobre a atuação policial em tempo real e auxiliar em crimes graves, como tortura. Também intermediaram a comunicação entre os líderes da facção criminosa e outros integrantes soltos.

A investigação revelou ainda que o grupo criminoso contou com a colaboração de um policial militar de Sinop, que ilegalmente repassava boletins de ocorrência para os advogados, os quais, por sua vez, os encaminhavam aos líderes da facção criminosa. Isso permitia que os líderes da organização obtivessem informações sobre a atuação policial em tempo real, colocando em risco a vida de policiais e testemunhas.

Durante o cumprimento dos mandados, foram apreendidos aproximadamente R\$ 100 mil na residência de uma das advogadas em Sinop. As ordens de prisão e busca contra os presos já custodiados foram cumpridas no Sistema Penitenciário de Cuiabá. O Tribunal de Prerrogativas da OAB-MT acompanhou o cumprimento das ordens judiciais contra os advogados.